



*Principais marcos cronológicos da história da “rede de coleta” de informações estatísticas e das representações do IBGE em cada Unidade da Federação.*

1936

## 1936

Efetiva instalação do **Instituto Nacional de Estatística (INE)** e celebração da **Convenção Nacional de Estatística**, que prevê a criação de repartições locais ou regionais para coleta de informações estatísticas, tendo em vista a construção de um sistema estatístico nacional.

1938

## 1938

Criação de uma **Delegacia Geral** do Instituto Nacional de Estatística (INE) em Salvador (BA), com jurisdição extensiva a todo o território norte da República, a partir do Espírito Santo, para prestar assistência técnica às repartições regionais. Em 1939 ela viria a chamar-se Inspetoria Geral.

1942

## 1942

Criação das **Seções de Estatística Militar**, instâncias coletoras de dados estatísticos localizadas nas capitais e submetidas à coordenação do IBGE e de órgãos militares regionais.

1944

1946

1968

Início da celebração de **Convênios Nacionais de Estatística Municipal**, que regulam a criação e funcionamento de **Agências Municipais de Estatística (AMEs)** por meio de acordos entre a União, estados e municípios, com base no princípio da **cooperação interadministrativa**. As AMEs eram subordinadas às Prefeituras, que delegavam competência ao IBGE para vincular tecnicamente as Agências às regras do sistema estatístico nacional.

1969

1970

Instituição de uma “Cota de Estatística”, imposto cobrado sobre “diversões públicas”. A “cota” ou “**selo de estatística**” só seria regulamentado(a) e passaria a vigorar em 1944, gerando recursos para uma **Caixa Nacional de Estatística Municipal**. A taxa seria extinta em 1967.

1971

## 1944

1971-  
1973

Criação das **Inspetorias Regionais de Estatística Municipal (IRs)**, representações que o IBGE mantinha em cada unidade federativa. Às Inspetorias cabia a prestação de assessoria técnica às AMEs e, ainda, a fiscalização do recolhimento do “selo de estatística”.

1975

1977

Criação das **Comissões Revisoras de Estatística Municipal (CREMs)**, constituídas de servidores das IRs e dos Departamentos Estaduais de Estatística (DEEs). As CREMs ficavam encarregadas de efetuar a revisão do trabalho de coleta estatística municipal realizado pelas AMEs. Elas seriam suspensas no ano seguinte.

1990

1992

## 1946

1999

2002

Criação da carreira de **Agente de Estatística**, do Quadro de Agências Municipais de Estatística e do Quadro das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal.



Criação das **Agências Modelo** na organização dos serviços municipais de estatística. A estas, além das atribuições normais de uma AME, cabia também coordenar e supervisionar as atividades de agências sob sua jurisdição, bem como promover o treinamento e aperfeiçoamento do pessoal lotado em sua área.

## 1968

Criação da **Coordenação Geral da Rede de Coleta**, primeira alteração na estrutura dos serviços de coleta de informações estatísticas feita após a criação da Fundação IBGE (que substituiu a autarquia IBGE em 1967). Essa medida visava à centralização da coordenação das atividades técnicas e administrativas das instituições responsáveis pelo serviço de coleta.

## 1969

Extinção das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal e criação das **Delegacias de Estatística do Instituto Brasileiro de Estatística (IBE)** nos estados, as **DELESTs**.

## 1970

Criação da **Rede Nacional de Núcleos de Coleta Estatística**.

## 1971

Criação da **Rede Nacional de Agências de Coleta**.

## 1971-1973

Extinção progressiva das Agências Municipais de Estatística (AMEs), que foram incorporadas à estrutura do IBGE ou extintas. As que foram “absorvidas” passaram a chamar-se simplesmente “Agências de Coleta”.

## 1975

As Delegacias de Estatística do IBE (DELESTs) são transformadas em **Delegacias do IBGE** nos estados (DELIBGEs). Tal mudança não foi acompanhada de mudanças funcionais e organizacionais significativas.

## 1977

As Delegacias do IBGE (DELIBGEs) são submetidas a uma ampla reestruturação em suas atribuições, competências e organização. Sua nomenclatura foi mantida: seriam **Delegacias do IBGE** nos estados, substituindo somente a sigla DELIBGEs por **DEGEs**.

## 1990

Criação dos **Departamentos Regionais (DEREs)**, instâncias subordinadas à Presidência do IBGE com jurisdição sobre as representações do órgão em uma ou mais Unidades Federativas. Nessa mesma reforma, as DEGEs foram extintas e substituídas por **Escritórios Estaduais (ESETs)** e as **Divisões de Pesquisa (DIPEQs)** em cada Unidade Federativa.

1936

1938

1942

1944

1946

FJÎ ì

1969

1970

1971

1971-  
1973

1975

1977

1990

1992

1999

2002



## 1992

Todos os ESETs tornam-se **Divisões de Pesquisa (DIPEQs)**, uma para cada Unidade da Federação.

## 1999

O **Projeto Presença** inicia ampla pesquisa sobre a estrutura e funcionamento das representações do IBGE nos estados e municípios, intitulada “A presença nacional do IBGE, do presente ao futuro. O futuro desejável e o futuro possível”.

## 2002

Criação das **Unidades Estaduais do IBGE (UEs)** com base em conclusões do Projeto Presença, publicadas em 2001. São extintos os DEREs e as DIPEQs.

1936

1938

1942

1944

1946

1968

1969

1970

1971

1971-  
1973

1975

1977

1990

1992

1999

2002